

ACTA N.º 20/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21.SETEMBRO.2010

----- Aos vinte e um dias do mês de Setembro de dois mil e dez, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz e Manuel Artur de Almeida Miler. -----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- Faltou a Vereadora senhora Susana Andrea Oliveira e Silva. -----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- Nada a registar. -----

----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 01. ACTA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 19/2010, referente à reunião ordinária de 7 de Setembro corrente. -----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Nada a registar. -----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 179, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €1.693.677,03 (um milhão seiscentos e noventa e três mil seiscentos e setenta e sete euros e três cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.163.164,71 (um milhão cento e sessenta e três mil cento e sessenta e quatro euros e setenta e um cêntimos) e €530.512,32 (quinhentos e trinta mil quinhentos e doze euros e trinta e dois cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 17.ª ALTERAÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 17.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta a diminuição da dotação global definida no valor de €31.200,00 (trinta e um mil e duzentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

21.09.2010

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 18.ª ALTERAÇÃO: -----

-----Foi presente a 18.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €164.900,00 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----06. ENSINO BÁSICO/JUNTA DE FREGUESIA DE ESCARIZ – DOAÇÃO DA ESCOLA EB1 DE VER: -----

-----Foi presente o ofício registado sob o número 6.256, em 10 de Setembro corrente, da Junta de Freguesia de Escariz, a solicitar que a Câmara lhe doe edifício onde funcionou a escola EB1 de Ver para que o possa alienar, aplicando a receita obtida com essa venda nas obras de construção da nova sede.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.

-----07. ACÇÃO SOCIAL/ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS DE AROUCA – SUBSÍDIO: -----

-----Foi presente a carta registada sob o número 6.177, em 7 de Setembro corrente, da Associação para a Integração de Crianças Inadaptadas de Arouca, a solicitar a concessão do subsídio previsto nas GOP para fazer face a despesas de funcionamento.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), pagável em duas prestações mensais iguais, nos meses de Outubro e Novembro próximos.-----

-----08. REDE DE ESGOTOS/REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, HIGIENE E LIMPEZA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – REVOGAÇÃO:-----

-----Pela Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos foi presente a seguinte informação:-----

-----«A proposta de regulamento foi presente á reunião de executivo de 17/08/2010, tendo sido deliberada a sua aprovação e remetido para consideração da Assembleia Municipal.-----

-----Constava da nossa informação de 04/08/2010, o seguinte: -----

-----"Foi ainda remetido ao ERSAR, I. P., para que este emitisse parecer em cumprimento do disposto no n.º 4, art.º 62 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.-----

21.09.2010

----- Findo o prazo legal de 30 dias da discussão pública, verifica-se que não houve qualquer sugestão ou observação. -----

----- Desta forma, mantêm-se integralmente a proposta remetida. " -----

----- Acontece-se porém, que segundo o ofício que foi registado com o n.º 5852 de 20/08/2010, veio o ERSAR remeter o seu parecer sobre assunto. -----

----- O parecer foi emitido e remetido já fora do período de consulta pública, nos termos do Diploma referido, pelo que, o mesmo pode, em termos puramente jurídicos, não ser tido em consideração. Acontece porém, que o parecer em causa, porque na nossa opinião se encontra bem estruturado e fundamentado, e aponta várias propostas de alteração e revisão que poderão, sem dúvida, contribuir para que o Regulamento que se pretende, aprovar tenha ainda mais qualidade, universalidade e rigor jurídico, será de todo importante ter o mesmo em consideração e rever a proposta aprovada. -----

----- Acresce ainda ao facto, que será de todo conveniente, que o Município tenha uma Regulamento aprovado expressamente pela Entidade Reguladora do sector, e não apenas, o que seria legalmente um deferimento tácito. -----

----- Como o mesmo, não foi ainda objecto de apreciação pela Assembleia, venho propor a V.Ex.^a que o executivo, face ao antes exposto, revogue a sua deliberação de 17/08/2010, e mande baixar a proposta de Regulamento novamente aos Serviços, para que este seja revisto, tendo em consideração o parecer do ERSAR.» -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, revogar aquela deliberação nos termos propostos, determinando aos serviços a revisão da proposta de regulamento tendo em conta o parecer da ERSAR. -----

----- **09. TURISMO/TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL – ACORDO DE PARCERIA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excepcional prevista n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual aprovou a minuta do protocolo a celebrar com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E. R., visando “estabelecer os termos necessários à concepção e implementação de uma infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas Interactivas de Turismo, bem como as respectivas responsabilidades financeiras, com vista à apresentação de candidatura junto da CCDR-N”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ----

21.09.2010

-----10. MERCADOS E FEIRAS/ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DO DISTRITO DO PORTO, DOURO E MINHO – FEIRA DE 5 DE OUTUBRO: -----

-----Foi presente a carta registada sob o número 6.061, em 1 de Setembro corrente, da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, a solicitar que a primeira feira quinzenal de Arouca do mês de Outubro se realize no dia 5, feriado, e não no dia útil imediatamente anterior como determina o n.º 2, art.º 3.º, do Regulamento das Feiras e do Exercício da Actividade de Feirante.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, não atender ao pedido. -----

-----11. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOÃO MANUEL DE SOUSA SARAIVA E OUTRA, (SOTO, BURGO): ----

-----Foi presente o processo número 14/2010, de João Manuel de Sousa Saraiva e outra, residente na Rua Rui Coelho, número 9, B, Almada, acompanhado do requerimento registado sob o número 382/DGU, em 4 de Março findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação e muros em terreno sito no lugar de Soto, freguesia do Burgo. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU.-----

-----12. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DE MATOS, (PERNOUZELA, AROUCA):-----

-----Foi presente o processo número 28/2010, de Jorge Francisco Ferreira de Matos, residente na Urbanização de Nazes, Edifício Barreiros, Bloco B, 1.º dt.º, Lamego, acompanhado do requerimento registado sob o número 848/DGU, em 18 de Maio findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de proceder ao loteamento urbano do terreno sito no lugar de Pernouzela, nesta vila.-----

-----Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial que: -----

-----A proposta contempla a constituição de cinco lotes, destinados à construção de habitações unifamiliares isoladas e respectivos anexos;-----

-----Embora o processo não esteja instruído com perfil transversal, a interceptar os lotes, que forneça informação relativamente ao enquadramento das construções nos respectivos lotes, pode-se concluir, face às cotas de implantação constantes da planta síntese, que os edifícios apresentarão três pisos acima do solo, o que contraria o disposto no art.º 18.º e respectivo anexo do regulamento do Plano de Urbanização; -----

-----A proposta contraria o Plano de Urbanização no que se refere à sua estrutura viária pelo facto dos cinco lotes estarem implantados sobre uma via ali proposta, contrariando, também por isso, o disposto nos números 2 e 3, art.º 10.º do Regulamento do PDM; -----

21.09.2010

----- Os lotes n.º 1 e 2 não possuem qualquer acessibilidade e não estão servidos pelas demais infra-estruturas urbanísticas, designadamente abastecimento de água potável, drenagem de esgotos domésticos, drenagem de águas pluviais, de energia eléctrica e telefónica, o que contraria o disposto no n.º 1, art.º 18.º do Regulamento do PDM; -----

----- A configuração dos lotes é casuística e não apresenta qualquer relação formal com o desenvolvimento natural do terreno, com a configuração dos lotes entre si e a implantação das respectivas habitações, não existindo qualquer plano de alinhamento na forma como os lotes são constituídos ou mesmo no modo como são implantadas as habitações e respectivos anexos, pelo que se entende que a pretensão contraria o disposto no art.º 121.º do RGEU e o disposto nas alíneas a) e b), art.º 5.º, do regulamento do Plano de Urbanização; -----

----- Atendendo ao facto de que para a área que o requerente pretende lotear não existe nenhum dos instrumentos habilitantes para a sua execução em solo urbano sujeito a urbanização programada, não poderá ser autorizada a operação de loteamento, por incumprimento do disposto no n.º 1, art.º 47.º, do regulamento do PDM. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----

----- **13. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLA MARIA GOMES TEIXEIRA, (AGRAS, MANSORES):-**

----- Foi presente o processo número 27/2010, de Carla Maria Gomes Teixeira, residente na Rua Adelaide Estrada, 66, hab. 24, Porto, acompanhado do requerimento registado sob o número 779/DGU, em 7 de Maio findo, a solicitar informação prévia acerca da capacidade construtiva do terreno sito no lugar de Agradas, freguesia de Mansores. -----

----- Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que qualquer intervenção no terreno em causa está sujeita ao emparcelamento do prédio rústico com o prédio urbano, bem como à correcção da respectiva área, e que o terreno em causa não é servido por rede pública de abastecimento de água nem por rede de drenagem de esgotos domésticos, pelo que a pretensão contraria o disposto no n.º 1, art.º 18.º, do regulamento do PDM. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----

----- **14. LICENCIAMENTO DE OBRAS/DAVID DOS SANTOS FERREIRA, (CALÇADAS, AROUCA):**

----- Foi presente o processo número 21/2010, de David dos Santos Ferreira, residente em Calçadas, nesta vila, acompanhado do requerimento registado sob o número 663/DGU, em 14 de Abril findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação em terreno sito no referido lugar. -----

21.09.2010

-----Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a pretensão contraria o disposto no art.º 18.º e respectivo anexo do Regulamento do Plano de Urbanização pelo facto de o edifício pretendido apresentar área de construção em ZUB 4 superior a 249,84 m².-----

-----15. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO MANUEL PINTO BARBOSA, (VILA COVA, ESPIUNCA):- -----

-----Foi presente o processo número 35/2010, de António Manuel Pinto Barbosa, residente em Vila Cova, Espiunca, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.162/DGU, em 13 de Julho findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação em terreno sito no referido lugar.----

-----Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a pretensão prevê índice de utilização superior a 0,20 m² e área de utilização líquida superior a 195,58 m², pelo que contraria o disposto na alínea b), n.º 4, art.º 26.º do regulamento do PDM.-----

-----16. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA ISABEL SILVA DE JESUS, (LAMEIRAS, ALVARENGA): -----

-----Foi presente o processo de obras número 109/2010, de Maria Isabel Silva de Jesus, residente em Vila Nova, Alvarenga, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.227/DGU, em 23 de Julho findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir muros, a levar a efeito no lugar de Lameiras, naquela freguesia.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU.-----

-----17. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO DA SILVA RIBEIRO E OUTRO, (ADROS, SANTA EULÁLIA): -----

-----Foi presente o processo de obras número 111/08, de Fernando da Silva Ribeiro e outro, residente em Boco, nesta vila, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.147/DGU, em 4 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um edifício para habitação bifamiliar em parcela de terreno a destacar do prédio sito no lugar de Adros, freguesia de Santa Eulália.-----

-----Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que a pretensão contraria: -----

-----o disposto no art.º 18.º e respectivo anexo do regulamento do Plano de Urbanização, pelo facto de contemplar a construção de edifício com tipologia de habitação bifamiliar, quando o admitido para o local é de habitação unifamiliar, geminada ou não;-----

21.09.2010

----- o disposto na alínea a), n.º 1, art.º 27.º, do referido regulamento, por não contemplar a criação de dois lugares de estacionamento cobertos por cada habitação; -----

----- o disposto na alínea a), n.º 1, art.º 54.º, do regulamento do PDM, por não prever a criação de um lugar de estacionamento de utilização colectiva; -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro.-----

----- 18. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO DA SILVA RIBEIRO E OUTRO, (ADROS, SANTA EULÁLIA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 110/08, de Fernando da Silva Ribeiro e outro, residente em Boco, Arouca, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.146/DGU, em 4 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um edifício para habitação plurifamiliar, a levar a efeito no lugar de Adros, freguesia de Santa Eulália. -----

----- Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que a pretensão contraria:-----

----- o disposto no art.º 18.º e respectivo anexo do regulamento do Plano de Urbanização, pelo facto de contemplar a construção de edifício com tipologia de habitação bifamiliar, quando o admitido para o local é de habitação unifamiliar, geminada ou não; -----

----- o disposto na alínea a), n.º 1, art.º 27.º, do referido regulamento, por não contemplar a criação de dois lugares de estacionamento cobertos por cada habitação; -----

----- o disposto na alínea a), n.º 1, art.º 54.º, do regulamento do PDM, por não prever a criação de um lugar de estacionamento de utilização colectiva; -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro.-----

----- 19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ÂNGELO DA CONCEIÇÃO ALMEIDA, (VER, ESCARIZ):-----

----- Foi presente o processo de obras número 33/2010, de Ângelo da Conceição Almeida, residente em Ver, Escariz, acompanhado do requerimento registado sob o número 371/DGU, em 2 de Março findo, a solicitar o licenciamento para ampliar a habitação e legalizar anexos construídos no referido lugar.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto nas alíneas a) e c), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de

21.09.2010

16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, uma vez que a pretensão contraria o disposto no n.º 5, art.º 17.º, do Regulamento do PDM, pelo facto do anexo possuir área de construção líquida superior a 56,17 m².-----

-----20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO TAVARES MARTINS, (VALDASNA, AROUCA):---

-----Foi presente o processo de obras número 168/2010, de António Tavares Martins, residente em Friães, Moldes, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.042, em 24 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista a legalizar a alteração efectuada na habitação que possui no lugar de Valdasna, nesta vila.-----

-----Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, uma vez que a proposta contraria o disposto no n.º 2, art.º 11.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, já que se pretende a aplicação de lousa na cobertura de edifício que não está localizado em local cuja envolvente arquitectónica e urbanística e a tradição o justifique.-----

-----21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA GONÇALVES DUARTE, (MOÇÃO, SANTA EULÁLIA):-----

-----Foi presente o processo de obras número 588/DGU, em 17 de Abril findo, de Maria da Conceição Silva Gonçalves, residente em Moção, Santa Eulália, acompanhado do requerimento registado sob o número 588/DGU, em 17 de Abril findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um edifício destinado a garagem e arrumos, a levar a efeito no referido lugar.-----

-----Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, uma vez que se pretende ocupar terreno integrado na Reserva Agrícola Nacional sem que para tal se tenha obtido o necessário parecer da competente Comissão Regional da Reserva Agrícola, o que contraria o disposto no n.º 1, art.º 23.º, do Decreto-Lei número 73/2009, de 31 de Março.-----

-----22. DIVERSOS/COOPERATIVA AGRÍCOLA DE AROUCA – SUBSÍDIO: -----

-----Foi presente a carta registada sob o n.º 6.103, em 2 de Setembro findo, da Cooperativa Agrícola de Arouca, a solicitar a concessão de um subsídio para fazer face a despesas com a realização, por ocasião da Feira das Colheitas, do concurso pecuário da raça arouquesa e de uma chega de bois.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €4.000,00 (quatro mil euros).-----

----- **23. DIVERSOS/ANTÓNIO JOSÉ MOREIRA RODRIGUES – INDEMNIZAÇÃO:**-----

----- Foi presente a carta registada sob o número 2.007, em 16 de Março findo, de António José Moreira Rodrigues, residente no lugar de Pousada, freguesia de Fornos, concelho de Castelo de Paiva, a solicitar o ressarcimento pelos prejuízos causados na sua viatura decorrentes do embate num buraco existente no lugar de Alvite de Baixo, freguesia de Escariz, na estrada que liga à vizinha freguesia de Fajões.-----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a indemnização no valor de €120,00 (cento e vinte euros).-----

----- **24. DIVERSOS/JOSÉ ARMÉNIO VALENTE LARANJEIRA – INDEMNIZAÇÃO:** -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 2.102, em 19 de Março findo, de José Arménio Valente Laranjeira, residente na Rua António Sérgio, entrada 165, 1.º dt.º, em S. João da Madeira, a reclamar o pagamento dos prejuízos causados na sua viatura pelo embate num buraco existente no lugar de Alvite de Baixo, freguesia de Escariz, na estrada que liga à freguesia de Fajões. -----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a indemnização no valor de €150,00 (cento e cinquenta euros).-----

----- **25. DIVERSOS/ANTÓNIO DUARTE AMARAL – INDEMNIZAÇÃO:**-----

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.964, em 25 de Agosto findo, de António Duarte Amaral, residente em Santa Bárbara, Tropeço, a reclamar o pagamento dos prejuízos causados na sua viatura por uma pedra projectada pela moto roçadora com que os trabalhadores do município procederam à limpeza das bermas da estrada municipal no lugar de S. João, naquela freguesia.-----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a indemnização no valor de €495,79 (quatrocentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos).-----

----- **26. DIVERSOS/LUÍS FERNANDO DE AZEVEDO FERNANDES – INDEMNIZAÇÃO:** -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 1.958, em 15 de Março findo, de Luís Fernando de Azevedo Fernandes, residente em Trigal, Rossas, a solicitar o pagamento dos prejuízos causados na sua viatura pelo embate num buraco existente no lugar de Alvite de Baixo, freguesia de Escariz, na estrada que liga aquele lugar ao da Abelheira. -----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a indemnização no valor de €100,00 (cem euros).-----

----- **27. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/BENEFICIAÇÃO/RECTIFICAÇÃO DA E. M 505 (CANELAS) – AUTO N.º 1:**-----

21.09.2010

-----Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 1, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €54.468,25 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----**28. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/PÓLO ESCOLAR DE AROUCA – RECUPERAÇÃO DE TELHEIRO – AUTO N.º 2:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 2, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €51.399,88 (cinquenta e um mil trezentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----**29. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE CHAVE – AUTOS N.º 10 E 11:**-----

-----Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 10 e 11, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, 439,92 (quatrocentos e trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos) e €120.912,97 (cento e vinte mil novecentos e doze euros e noventa e sete cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----**III — OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Nada a registar.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:**-----

-----Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.-----

-----Eram 16 horas e 15 minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----